SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Segunda - feira, 17 de maio de 2010 - Número 382 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Força na greve: todos ao ato na Paulista, dia 19

Paralisação cresce, já atinge 19 estados e é decisiva para que negociação avance. Concentração será em frente ao TRF-3, dia 19, às 15 horas

fotos: Wladimir Aguiar



Servidores decidem pela continuação da greve na JT Barra Funda, na quinta-feira, dia 13

A greve dos servidores do Judiciário Federal chega ao seu décimo segundo dia mais forte em São Paulo e no país.

A paralisação ganhou novas adesões na sexta-feira (14) e atinge 19 estados. Na capital paulista, a greve na Barra Funda já paralisa 90% do Fórum Trabalhista.

A paralisação também é forte e vem ganhando volume no TRF e na Justiça Federal. No interior, as adesões crescem a cada dia. Na Justiça Eleitoral, que terá nova vigília/assembleia na terça (18), os servidores enfrentam as ameaças de retaliação, mas seguem mobilizados e construindo a entrada na greve.

A força do movimento levou a cúpula do Judiciário e o Ministério do Planejamento a iniciar um processo de negociação para 'resolver o impasse financeiro'.

O Comando Nacional de Greve não tem dúvidas de que é o movimento paredista que está empurrando a negociação. E que o ritmo desse processo e o rumo que ele seguirá serão determinados pela capacidade de mobilização da categoria.

A greve entra, assim, num momento particularmente importante. O "impasse orçamentário" na verdade é parte de uma ficção neoliberal alimentada pelo governo Lula.

Na semana passada, o ministro da Fazenda anunciou um corte de R$ 10 bilhões no orçamento. O valor é inferior aos cerca de R$ 14 bilhões previstos de despesas a mais por parte da União só com o aumento de 0,75% na taxa Selic, usada como parâmetro para remunerar especuladores financeiros credores das dívidas públicas do país.

O problema, portanto, não é o orçamento, mas as prioridades dadas a ele. Manter e trabalhar para ampliar a greve e levá-la para as ruas é prioridade nessa semana que começa. É o que pode forçar o Planejamento a ceder e a cúpula do Judiciário a defender o PL 6613/09. "Não há o que modificar no projeto, que já foi mais do que negociado, precisamos garantir que ele seja aprovado já e como está. Todos sabemos que existem recursos (financeiros), e é a greve que pode garantir isso", diz Claudio Klein, servidor do TRF e ex-diretor do Sintrajud e da Fenajufe.

Na quarta-feira (19), haverá manifestação da greve na av. Paulista, em frente ao TRF-3, com concentração a partir das 15h. No mesmo dia, acontece o protesto nacional em Brasília. O Sintrajud enviará uma nova caravana à capital federal para se juntar aos servidores dos demais estados.

Nesse mesmo dia, o Judiciário Federal e o MPU do Distrito Federal fazem uma paralisação de 24 horas. É importante essa movimentação dos servidores da capital, que precisam aderir à greve por tempo indeterminado e já demonstraram, nas assembleias lá realizadas, que estão dispostos a isso.

É a unidade nacional da categoria e a busca de ações conjuntas com outros setores do funcionalismo, que também lutam contra a ameaça de congelamento salarial, que poderá levar esse movimento à vitória.

Entrevista

Para Melqui, mobilização está movendo a cúpula do Judiciário pelo PCS

Eleito pelo comando de greve para ser um dos representantes dos servidores na mesa de negociação com o STF e o Ministério do Planejamento, Antonio Melquiades, nos conta como estão as gestões em Brasília.
Diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Melqui tem feito a pressão sobre os parlamentares e sobre a cúpula do Judiciário em defesa do PCS. Ele também tem centrado forças na luta contra o congelamento salarial.

Jornal do Judiciário – *Com a rejeição do PLP 549/09 na CTASP, os servidores podem ficar tranquilos?*

Melqui – De forma alguma. Por ser uma matéria tributária, que altera da Lei de Responsabilidade Fiscal, ela precisa ser apreciada na Comissão de Finanças da Câmara. Mas se for aprovada, segue a tramitação, CCJ e plenário. E no Senado já foi aprovada. Por isso eu digo que a situação é crítica. Precisamos de muita atenção e disposição de luta por parte dos servidores.

Além da mobilização, todo servidor público deve procurar, urgentemente, o deputado do seu estado que faz parte da Comissão de Finanças e pedir que o voto contrário ao PLP 549/09.

JJ – *Como está a tramitação do PL 6613/09, que atualiza o PCS?*

Melqui – Eu costumo comparar o nosso PCS há um transatlântico encalhado que começou a andar alguns centímetros somente por causa da greve. Fazemos essas gestões em Brasília desde o ano passado e só agora começa uma movimentação. Portanto o que está fazendo com que a cúpula do Judiciário se mova em defesa do PCS é a nossa greve que já atinge 19 estados.

JJ – *Qual é o desafio da categoria para a próxima semana?*

Melqui – Não podemos perder tempo. Temos que continuar fortalecendo a greve nos locais onde está paralisado e, onde não está em greve, as direções sindicais têm que organizar assembleias e propor a greve imediatamente. Acho um equivoco os estados que ainda não aderiram, porque estamos premidos pelo tempo.

JJ – *Como estão as negociações em Brasília, com a cúpula do Judiciário?*

"Se o governo estivesse tão mal das pernas, não teria pago 380 bilhões de reais para os banqueiros internacionais"



Melqui – Graças às mobilizações, o Judiciário começou a conversar com o Legislativo. O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, conversou com o presidente da Câmara, dep. Michel Temer (PMDB/SP), agendou uma audiência com os membros da CTASP no Supremo e cobrou celeridade na aprovação do PL 6613/09. O ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, teve uma conversa de mesmo teor com o Paulo Bernardo, ministro do Planejamento. Entretanto, o governo argumenta que o nosso PCS é um projeto complexo e que precisa de mais tempo para ser analisado.

Acho importante ressaltar que o Comando Nacional de Greve da Fenajufe elegeu a mim como um dos servidores que vai estar na mesa de negociação com o STF e o Ministério do Planejamento, representado a categoria. O outro servidor é o Roberto Policarpo do Sindjus-DF.

JJ – *Como você avalia a postura do governo?*

Melqui – Para mim, como servidor público, o argumento do governo, de que não há orçamento para conceder reajustes à categoria, é balela. Se ele estivesse tão mal das pernas, não teria pago 380 bilhões de reais para os banqueiros internacionais só em 2009. Isso representa 36% de tudo o que é arrecadado no Brasil. Somente essa nova elevação da taxa de juros vai mandar para os banqueiros mais 30 bilhões. Como um país pode ser justo socialmente pagando esse montante aos banqueiros? Por isso, acho que a nossa reivindicação é justa e tenho certeza que é possível vencer, desde que seja com muita mobilização da categoria.

Opinião do Sintrajud

Orçamento tem, mas depende pra quem

As greves dos servidores do Judiciário Federal e de outros setores do funcionalismo enfrentam a resistência do governo em conceder reajustes. O argumento é que não há dinheiro e que é preciso manter o equilíbrio fiscal.

Mas que equilíbrio é esse que só nos quatro primeiros meses do ano levou o Banco Central a ter um prejuízo de R$ 55 bilhões? Ou que no ano passado significou o uso de R$ 380 bilhões de dinheiro público com o pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas e operações deficitárias do mesmo Banco Central?

Na Europa e no Brasil, servidores lutam para não pagar pela crise capitalista

Não, dinheiro não é problema. O país nunca arrecadou tanto com impostos. Os recursos existem, a questão é onde são usados. Agora mesmo, em outra vertente do mesmo discurso, os ministros de Lula trataram o aumento adicional aprovado na Câmara dos Deputados para as aposentadorias, que não representam nem R$ 1 bilhão nas contas da União desse ano, como uma ameaça que pode quebrar o país.

Ora, o BC perde com operações que visam manter os lucros dos banqueiros e especuladores privados 14 vezes isso por mês. Ou cinco vezes as despesas em 2010 com o PCS caso ele seja aprovado no meio do ano.

Na crise capitalista em curso no Brasil e no mundo, e que agora atinge ponto explosivo na Europa, os donos do capital querem que os trabalhadores paguem a conta – não para salvar o planeta, mas para manter as margens de lucro e ganância dos banqueiros e das empresas transnacionais.

Na Grécia, as primeiras medidas aprovadas para 'conter' a crise foram redução de 20% nos salários médios dos servidores e elevação da idade mínima para aposentadoria de 61 para 65 anos.

Na Espanha, elas também preveem redução e congelamento de salários e aposentadorias e a diminuição do investimento público.

Qualquer semelhança de tais medidas com os projetos que o governo Lula tenta aprovar ou já aprovou no Brasil – congelamento de salários, permissão para demitir, reforma da Previdência – não é coincidência.

A receita , cujo 'doutor' mais famoso a prescrevê-la chama-se Fundo Monetário Internacional, é sempre a mesma: aumentar a exploração sobre os trabalhadores. Porque é isso que essas medidas significam. Não respeitar a data-base do funcionalismo (agindo na ilegalidade), vetar aumento nas aposentadorias, manter o fator previdenciário para reduzi-las, estabelecer idade mínima para se aposentar nos serviços públicos ou negar recursos para o PCS do Judiciário, impondo o congelamento, são ações que levam obrigatoriamente a uma maior exploração do trabalho.

Na Europa, os trabalhadores ocuparam as ruas para dizer que não, a história não vai ser assim. No Brasil, o Judiciário e pelo menos mais 11 categorias do funcionalismo estão em greve, não tenha dúvida, pelo mesmo motivo.

É por isso que a greve deve, mais do que continuar, ser fortalecida, ganhar as ruas e dizer aos parlamentares, ao governo Lula, aos partidos de Serra/PSDB-DEM e à cúpula do Judiciário que não pagaremos a conta da crise que eles criaram.

IMAGEM DA SEMANA ANA CAROLINA RIOS/AASPTJ-SP



Servidores do Judiciário Estadual em greve realizam assembleia por reajuste salarial

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

13 de maio, o dia inacabado

***Francisco Antero Mendes Andrade**

Estamos em 1935 e estudantes negros universitários de uma pequena cidade sob a orientação de um professor negro, militante de causas sociais, disputam com a melhor universidade deste país, um torneio de oratória. Seus adversários eram brancos. A abolição deu-se na segunda metade do século encerrado e ali, naquele início de século, dava-se este embate de palavras vencido pelos estudantes negros. Quem leu este início pode ter imaginado que fazemos referência à nossa "democracia racial" brasileira. Pensa o caro leitor que estamos nos referindo a USP, fundada em 1934. Ora, dois anos antes(1933) era publicado Casa Grande e Senzala, uma peça de ficção de bela feitura escrita, de rico teor literário. Apenas isso, ficção, pois não condizia com a realidade deste país, o Brasil. Este debate, no entanto, deu-se nos EUA e envolveu uma pequena universidade do Texas contra a renomada Havard. Percebam que estamos em 1935, ano em que as leis racialistas em prejuízo da população negra estavam a pleno vapor. Nunca é demais destacar que as grandes reformas em benefício dos negros somente vieram à tona na década de 60. Entretanto como podem notar, desde sempre e após a abolição americana havia esta possibilidade de ascensão do negro naquela sociedade. Aqui, tudo era diverso, os poucos exemplos de ascensão tinham o propósito único de serem motivos de argumentos estapafúrdios sobre uma suposta harmonia entre as cores. Nossa abolição, o 13 de maio, nas palavras do sociólogo Hélio Santos é o dia mais longo da história, Nada é feito para corrigir este grande erro que foi a exclusão do negro. Apressamo-nos a dizer que a realidade americana foi e é pior do que a nossa. Porém, este julgamento é um hábito que vai ao encontro de nossa cultura, que é a de olhar defeitos apenas nos outros. O primeiro passo para uma eficaz revolução de inclusão neste país é observar ao nosso redor e reconhecer: tudo está errado e precisamos fazer este processo de inclusão de forma rápida. Temos que encerrar o 13 de maio. O dia inacabado.

Servidor do TRF - GABJDS, diretor de base Sintrajud

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

AGENDA

Vai Acontecer

17/05 - Audiência com o presidente do TRT-2, às 14h, na sede do tribunal na rua Consolação
Reunião do Comando de Greve, às 17h30, no Sintrajud

18/05 - Audiência com o presidente do TRE, às 13h, na sede do tribunal na rua Francisca Miquelina
Vigília/assembléia, às 13h, no haal do TRE
Saída do ônibus do Sintrajud com os servidores que participarão do ato em Brasília (horário a confirmar)

19/05 - Ato em Brasília em frente ao STF
Ato unificado na avenida Paulista (local e horário a confirmar)
Reunião do Comando de Greve, às 17h30, no Sintrajud
Reunião do Núcleo dos Oficias de Justiça, às 13h, no auditório do TRF

20/05 - Reunião do Comando Nacional de Greve em Brasília

22/05 - 3ª Oficina de Introdução à Saúde do Trabalhador, das 9h às 18h, no Sintrajud

Aconteceu

13/05 - Assembléia Estadual, às 15h, na JT/ Barra Funda

12/05 - Ato Unificado em frente ao TRE
Rejeição do PLP 549 na Comissão de Trabalho da Câmara



Mobilização em todo o Estado...

Greve atinge várias cidades

A paralisação tem que crescer em todos os lugares para conseguir pressionar o governo Lula, diz servidor

A cada dia, a greve está crescendo nas cidades do interior. Segundo as informações passadas na assembleia de quinta-feira, dia 13 de maio, que decidiu pela continuidade da greve, a paralisação do Judiciário Federal no interior também está acima da média das greves anteriores. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, os servidores estão demonstrando muita disposição para enfrentar a intransigência do governo Lula e pressionar o executivo pela aprovação imediata do PL 6613/09, PCS.

foto: Wladimir Aguiar



Servidores do ABC na Assembleia Estadual na Barra Funda

foto: Marcela mattos



Servidores de Santos em assembleia

De acordo com o oficial de justiça Jurandir Santos, que trabalha na Baixada Santista, o grau de adesão de servidores da JT em cidades como Cubatão, São Vicente e Santos está em torno de 80%. Ele também disse que para manter estes índices é preciso fazer arrastões em cada vara diariamente: "O sindicato é cada servidor que se dispõe a fazer esse trabalho", disse.

"A JT de Guarulhos conta com a adesão de 60% da categoria", informou a servidora Vilma Diniz, à assembleia. Segundo disse, esse número deveria crescer a partir de sexta-feira, dia 14, por conta do fim da correição. Já Ivo Farias de Oliveira, que está à frente das mobilizações no ABC paulista, informou que adesão na JT da região é de 100% e que a greve está chegando à distribuição dos tribunais. Ele ainda contou que a greve se estende à Suzano e Mogi das Cruzes.

A servidora da JF de Taubaté Fausta Fernandes contou que num primeiro momento os servidores do Vale do Paraíba ficaram atentos às decisões tomadas na capital. "Logo no dia sete de maio entramos em greve, com 100% de adesão". Ela ressaltou que a greve deve acontecer no local de trabalho, com a participação de todos os servidores.

Neste momento em que o governo começa a se pronunciar em relação à mobilização dos servidores é importante que a adesão ao movimento se intensifique, diz o diretor do Sintrajud e servidor da JF em Franca, José Carlos Sanches: "Tem que haver o crescimento da greve em todos os lugares, principalmente pelas ameaças do governo de que não vai permitir a aprovação do PCS. A intenção do governo Lula é não deixar que a coisa aconteça, por isso, a adesão de novos companheiros é muito importante", concluiu.



Servidores de São Carlos



Servidores de Franca



Servidores de São J. dos Campos



Servidores de Ribeirão Preto

...e na capital

Na trabalhista e na federal, Oficiais de Justiça entram com força na greve

Nesta semana os oficiais de justiça da JF, TRF-3 e JT entraram na greve. Na federal é "uma decisão histórica", disse Erlon Sampaio diretor do Sintrajud e coordenador do Núcleo de OJAFS da entidade. Ele pontua que a decisão demonstra um avanço político do segmento da categoria em relação aos PCSs anteriores.

Já na trabalhista, confirmando a tradição de luta, os oficiais também aderiram. No fórum Ruy Barbosa, o maior do país, onde adesão geral está próximo aos 90% a empolgação dos OJAFs cresce a cada dia.

O sindicalista também informa que os oficiais vão garantir um funcionamento mínimo para os mandados de urgência, "atendendo o mínimo legal". Erlon ainda diz que na próxima quarta-feira, dia 19 de maio, os oficiais se reunirão no auditório do Fórum Pedro Lessa, na av. Paulista, às 13h. "Estamos começando com 70% de participação, mas há espaço para crescer mais", concluiu.

Servidores farão "vigília" durante audiência com presidente do TRE

Em mobilização desde o último dia 06, os servidores do TRE terão audiência com o presidente do tribunal, desembargador Walter Almeida Guilherme, nesta terça-feira, dia 18, às 13 horas. Para participar da audiência foi criada uma comissão que irá apresentar as reivindicações dos servidores, principalmente com relação aos dias parados

Os trabalhadores decidiram também que durante a audiência, os servidores em greve do TRF/JF e JT/Barra Funda farão uma vigília no Hall do TRE e, logo após, será realizada uma assembléia em frente ao tribunal onde será discutida a greve da categoria e passado os últimos informes da tramitação do PCS em Brasília

Sintrajud tem audiência com presidente do TRT-2 nesta segunda, dia 17, às 14h

Nesta segunda-feira, dia 17, o Sintrajud tem audiência marcada com o presidente do TRT-2, desembargador Sebastião Daidone, onde será discutida a greve no TRT. Além disso os servidores vão pedir o apoio do desembargador à luta pelo PCS e contra o congelamento de salário. "Vamos expressar também a nossa posição contrária a nota divulgada pela presidência do TRT sobre nosso movimento, pois os servidores não fazem greve porque querem, nós somos levados a isso", ressaltou a diretora do Sintrajud e servidora da JT/Barra Funda Leica Silva.

Reorganização

Servidores elegem delegados para os congressos da Conlutas e de Unificação

No dia 13 de maio, em assembléia realizada no JT/Barra Funda, os servidores elegeram seus delegados e observadores para o 2º congresso da Conlutas e para o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat). Os dois acontecerão na cidade de Santos, SP, entre os dias 4 e 6 de junho.

Após o congresso da Conlutas, será realizado o Congresso da Classe Trabalhadora que pretende unificar em uma mesma entidade nacional a Conlutas, Intersindical e setores do movimento popular e estudantil. Esses congresso representam um marco na história da reorganização dos trabalhadores do país, após a traição da CUT. "É a união daqueles que estão dispostos a passar por cima das divergências políticas para construir algo maior que incorpore os lutadores de todo país", disse o diretor do Sintrajud e servidor do TRF, Eliseu Trindade. Veja lista completa de delegados e observadores no site.

Por que vou ao congresso de Unificação?

Delegados



"Aqui em Santos existe uma grande expectativa em torno do evento. Estaremos fazendo história com a construção de um novo organismo que unifique a luta dos trabalhadores. Como anfitriões em meio a um processo de mobilização da categoria, estaremos de braços abertos para receber companheiros que vem construindo a luta", **Adilson Rodrigues, diretor de base da JF de Santos.**



"Os oficiais vêm mostrando historicamente um avanço no grau de consciência política e hoje entendem a importância da luta coletiva. Esse evento é uma oportunidade de fazer esse debate de forma mais ampla, indo além das questões salariais. É uma forma de contextualizar a luta dos servidores dentro da conjuntura nacional e internacional. Os oficiais entendem que é necessária a unidade não só dos servidores, mas de todos os segmentos dos trabalhadores", **Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud e oficial de Justiça da JF.**



"Eu me candidatei a delegado pela importância do processo de unificação.

Nossa categoria está passando por um momento histórico de mobilização. Representar os servidores do ABC, voltar com as discussões feitas no evento e socializar com eles nesse momento tem uma grande importância, e não aconteceria com a mesma facilidade em outro momento", **Ivo Faria, oficial de justiça da JT de Ribeirão Pires.**



"Vou aos congressos da Conlutas e do Congresso de Unificação com a certeza de que participarei do mais importante encontro de trabalhadres brasileiros pós traição e decadência do PT e da CUT. Unir todos que não se renderam ao capital em uma nova Central Classista e Socialista é decisivo pra vitória das nossas lutas."

Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e Fenjaufe e servidora do TRF-3

Observadores



"A união de mais forças com a Conlutas para a criação dessa nova central é a importante para a organização dos trabalhadores. A construção dessa ferramenta vai ajudar os trabalhadores nas lutas constantes, pois as representações sindicais não dão conta disso ao dividirem a classe em categorias. Teremos a chance de unir todos os setores da classe trabalhadora contra a situação de opressão no Brasil e em todo mundo.

A nova central deve organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho e unir todos da classe para uma efetiva luta conjunta", **Maria Cecília, diretora do Sintrajud, e servidora do TRF.**



"Os próprios trabalhadores que devem discutir e construir as suas formas de organização. Um evento como esse, onde essa questão vai ser discutida, é importante que os trabalhadores participem", **Leica Silva, diretora do Sintrajud e servidora da JT/Barra Funda.**



"Esse é um momento importante para conseguirmos avançar na organização dos trabalhadores e na superação da situação criada pela inflexão da CUT e pelo governo. Esse congresso será fundamental para estabelecermos novas perspectivas para os trabalhadores", **Demerson Dias, diretor do Sintrajud e servidor do TRF.**

Aposentados

Frente Nacional São Paulo pela PEC 555 conta com sua adesão

A taxação dos inativos, um grande ataque que os servidores públicos aposentados receberam em 2003 com a Reforma da Previdência, poderá ser revertida.

Foi formada, em sete de abril de 2010, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar a Proposta de Emenda à Constituição n° 555, de 2006.

Em São Paulo, sindicatos e associações de servidores se reúnem com o objetivo de lutar pela implementação da proposta.

Segundo a coordenadora do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud, Ana Fevereiro, o Sindicato esteve presente na reunião de quatro de maio de 2010 e atuará nesse trabalho para reparar tamanha injustiça cometida contra os aposentados.

No dia 19 de maio haverá uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa, no Auditório Franco Montoro, às 14h, onde será debatida a questão. "Contamos com a participação de um grande número de aposentados no evento, pois os parlamentares precisam de nosso apoio", ressalta Ana Fevereiro.

Até o fim de maio, as entidades da Frente Nacional pela PEC 555 vão organizar um seminário com participação de juristas a fim de promover uma profunda discussão sobre o assunto.

"Esperamos que todos os servidores do Judiciário Federal de São Paulo se engajem nessa luta que é de todos", concluiu.

DIA 19 DE MAIO, AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ÀS 14 HORAS

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000